

# REBELDES E CONTESTADORES

Marco Aurélio Garcia  
Maria Alice Vieira  
(organizadores)

1968

Brasil, França e Alemanha



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

# OS VALORES DE 1968

VLADIMIR PALMEIRA

**E** U PERCEBI A IMPORTÂNCIA de 1968 num dia em que estava andando pelas ruas de Copacabana e uma menina abriu os braços para mim e disse: "Oi, estudante!". Eu achei fantástico. Outra observação neste sentido foi feita pelo Franklin Martins, que era nosso companheiro no movimento estudantil. Ele dizia que para se avaliar o impacto daquela época, o peso na imprensa etc., bastava ver que as crianças pararam de brincar de caubói e bandido, brincavam de estudante e polícia. E, claro, todo mundo queria ser estudante, o que era uma boa. Isso nos dá uma dimensão do impacto geral que teve o movimento estudantil.

Por outro lado, muitos anos depois eu estava na Bélgica e fui fazer um "bico" de garçom em um bar dos refugiados chilenos. Apareceu lá um sujeito bigodudo, atarracado, que me olhava e dizia: "Garçom, cerveja". E lá ia eu servi-lo. Então, na terceira cerveja, ele olhou para mim e disse: "Oh, Vladimir, que diferença, hein? Em 1968, eu fazia passeata em Montevideú pela sua liberdade; agora você me serve cerveja. Como o mundo gira". E eu disse: "Qual é a diferença?". Ou seja, também não tínhamos dimensão sobre a repercussão internacional. Claro, vinha TV de fora, fazia matérias, mas nós não ligávamos muito, não se tinha noção do peso que ganhara o movimento estudantil.

Mas, antes de mais nada, queria esboçar primeiro um quadro geral e dizer o que foi 1968 para mim.

Primeiro, 1968 foi um momento político de transição, acho que esse é o critério definido. De um lado, por uma série de aspectos, inclusive o aspecto dos costumes, houve uma ruptura no sentido mais geral. De outro lado, existiu uma luta pré-64. Era um movimento que opunha reforma e contra-reforma. Podemos dizer que 1968 foi o último rescaldo da luta pré-64. Nesse sentido, foi a revolta da classe média, dos estudantes em particular, contra os aliados golpistas da véspera.

Fala-se sempre que houve grandes manifestações que precederam o golpe, um milhão de pessoas em São Paulo, um milhão de pessoas no Rio nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. E, aparentemente, a luta que existia era aquela entre reforma e contra-reforma. Então esse lado, que seria o da "contra-reforma", foi se decompondo ao longo dos anos, até chegar dezembro de 1968, quando a ditadura assumiu sua feição pura e dura.

---

Presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro em 1967-68.  
Economista e ex-deputado federal (PT-RJ).



Os aliados foram se afastando da ditadura. Em primeiro lugar, os latifundiários como decorrência do Estatuto da Terra, em 1965; depois, um amplo setor de classe média, a partir desse ano, com a crise econômica; assalariados de forma geral em função da política de arrocho salarial; setores empresariais descontentes. Todo esse pessoal começou a reclamar, gerando a base de sustentação para o que ocorreria em 1968.

Por isso, o AI-5 não é um ato somente contra o movimento estudantil, nem é principalmente contra o movimento estudantil. Não é também somente contra as ações armadas, é um rearranjo do poder, em particular das classes e das categorias no poder. Das classes porque, claro, vai haver uma nova burguesia financeira no Brasil há todo um novo setor industrial, há todo um peso das multinacionais. Mas há também uma nova distribuição de forças do ponto de vista do exercício do poder político: os militares impondendo um poder duro, excluindo as oligarquias políticas tradicionais, golpeando o MDB e a Arena, deslocando o poder político da classe média na medida em que esvaziavam o processo democrático e as eleições.

Então, foi um reordenamento do aparelho de Estado, traduzindo a realidade que nós não víamos. Quer dizer, no início, tanto o Partidão (Partido Comunista) como a AP (Ação Popular) e a Polop (Política Operária) achavam que a ditadura era o resultado de uma reação contra a reforma. Essa era a impressão que nós tínhamos, porque em 1963 lutávamos pelas reformas de base. Mas progressivamente fomos descobrindo que a ditadura era um instrumento de modernização do capitalismo brasileiro. A ditadura não era conservadora, mas modernizadora. Era modernizadora por cima, com um deslocamento de classe, com um deslocamento de poder político, mas ela apontava para a reforma do capitalismo, enquanto uma via não-popular. Em contraposição à via traçada pelas reformas, que era uma via popular, de participação de amplos setores populares, com distribuição de renda, com reforma agrária. Era uma via de reforma do regime que podia até gerar um processo mais radical, mas que em princípio seguia um caminho popular.

Foi um engano nosso pensar que a ditadura tinha uma função de impedir qualquer progresso, de simplesmente conservar aquela situação. A ditadura, ao contrário, como se verificou rapidamente, veio para mudar. E fez uma mudança colossal na sociedade brasileira.

Esse avanço da ditadura, esse papel modernizador, gerou uma série de conflitos que, por diferentes razões e caminhos, desembocou nas manifestações de 1968 e acabou por desembocar no AI-5 e, por consequência, na ditadura dura e pura.

Isso é importante. E é importante também dizer que essa transição é transição porque 1968, tanto no aspecto de costumes como no de luta política operária, gerou também embriões das novas manifestações. Quando ressurgiu o movimento operário isso se dá de uma forma nova, porque a greve de Osasco em 1968 criou novas formas de luta, novos tipos de organização.

E o movimento estudantil também foi quem forneceu diretamente a grande massa de quadros que foi fazer a resistência armada contra o regime, boa parte dos quais participou também de todo o processo de redemocratização.

Esse é o quadro, o painel geral que podemos traçar. Nos primeiros meses após o golpe de 1964, tínhamos uma ditadura branda, e isso é um fator importante. Talvez isso se devesse ao fato de que não combatemos em 1964, não pegamos em armas, então a ditadura se fez quase sem resistência e, dessa forma, tinha a maior dificuldade de justificar uma ditadura muito brutal, além, é claro, de suas contradições internas, que impediam que ela fosse assim.

O fato é que há um terreno extremamente favorável para o movimento estudantil. O movimento operário foi golpeado muito duramente e tornou-se débil. O Partido Comunista tinha forte base no setor público, mas em São Paulo era muito débil na classe trabalhadora, em particular na industrial. O movimento camponês tinha sido arrasado. O movimento mais reprimido havia sido o movimento de sargentos, de cabos, de soldados e marinheiros, em que houve muita morte, muita tortura. E, diante disso tudo, tínhamos uma classe média que dava uma certa legitimidade ao movimento estudantil pelo papel que ela tinha tido no golpe.

Ao mesmo tempo, sendo uma ditadura branda, tínhamos uma imprensa que era censurada, mas que progressivamente ocupava um papel novo e funcionava como caixa de ressonância do movimento estudantil. Uma vez fizemos um plebiscito na Faculdade Nacional de Direito, lá no CACO (Centro Acadêmico Candido de Oliveira), um plebiscito qualquer, era uma bobagem, no outro dia era manchete na *Última Hora*. Era primeira página, com fotografia e tudo.

Isso era possível porque essa ditadura ainda era uma ditadura com muitas contradições, dividida e que ia se paralisando. Ela fez uma Constituição em 1966, que em 1967 vai ser aprovada no Congresso, e o governo Costa e Silva assume com essa Constituição, aprovada pelo Castelo Branco. Apesar de autoritária, de ter sido quase outorgada, pois o Congresso praticamente não tocou nela, ela mantém certas prerrogativas de uma democracia representativa.

Então, havia brechas. A ditadura era muito forte e muito fraca. Era forte o suficiente para usar a violência e ser criticada, mas era fraca para impedir uma grande ascensão do movimento estudantil, salvo se pagasse um preço muito alto. E ela depois mostrou que estava disposta a pagar e avançar para uma forma de ditadura mais radical.

Então, nesse quadro, estava como que tudo pronto para que nós, os atores, entrássemos em cena.

Bom, entramos, como vocês sabem. Quero destacar quais são as características desse quadro do movimento estudantil.

O ano de 1968 representa um processo de luta. Um processo de acúmulo de lutas e, portanto, de erros. E, quando eu disser que o movimento de 1968 era batuta, não estou dizendo que as pessoas que fizeram esse movimento e que o dirigiram eram batutas. Nós traduzimos um avanço de anos, em que cometemos uma série de erros mas, afinal, construímos um perfil de movimento estudantil bem determinado. Nosso movimento estudantil era um movimento de tipo sindical. Isso pode parecer diferente, mas não é. É um movimento baseado nos grêmios, no DCE, na UEE, na UNE... Um movimento que tem reivindicações estudantis, que tinha uma tradição de levar

essas reivindicações adiante, algumas aliás de natureza extremamente corporativa. E que, como todo movimento sindical que se preza, também faz luta política. De forma que em 1968 fizemos luta política contra a ditadura, aberta, mas também fizemos uma série de lutas reivindicatórias defendendo interesses profissionais, interesses específicos dos estudantes.

E por que chamar a atenção para essa diferença? O movimento norte-americano não era um movimento desse tipo, era um movimento contra a Guerra do Vietnã. O francês era um movimento que começou como antiautoritário e depois foi englobado também pelas entidades de tipo sindical que existiam na França, mas teve uma conotação, desde a origem, um pouco diferente. E o movimento em outros países europeus, que conheci já mais velho, por exemplo, a Bélgica, onde eu estive, também é diferente.

Cheguei lá e descobri que não tinha diretório estudantil. Elegiam um "cabra" para ir para a representação em uma reunião do Conselho de Professores ou da Congregação e não tinha mais nada. Cada partido tinha a sua mesinha e fazia a sua política. Havia órgãos do Partido Comunista russo, do Partido Comunista chinês, duas alas maoístas, quatro partidos trotskistas e iam lá se enfileirando para fazer esse tipo de movimento. E quando chegava no movimento estudantil esses partidos iam direto em nome deles e faziam movimentação.

Então, é claro que a forma como eles se relacionavam com a massa estudantil era inteiramente diferente. Aqui no Brasil tínhamos entidades sindicais, de natureza representativa, equivalentes em certa medida aos da classe operária. Tínhamos, então, estratégias de enfrentamento sindical, e o balanço que faço delas é bastante positivo.

E devo dizer que o movimento estudantil tinha uma orientação dominante, que era a nossa, das dissidências comunistas e um pouco da Polop. Mas tinha muita força também dos nossos companheiros, colegas, adversários de Ação Popular, que tinham, historicamente, a presidência da UNE até 1968. Havia uma disputa, e isso influenciava a forma e o conteúdo das nossas manifestações.

Vamos ver alguns temas para mostrar como encarávamos isto. Em primeiro lugar, sobre o papel do movimento estudantil. Antes de mais nada, é preciso dizer que erramos muito. Nossa posição sobre o papel do movimento estudantil é que ele tinha um papel autônomo, social, uma função na luta contra a ditadura. E que ele não podia dirigir a luta pelo socialismo, isso caberia às classes fundamentais da população: a classe operária e o campesinato revolucionário. De modo que limitávamos sempre nossa movimentação na compreensão de que éramos o que se chamava de força de apoio. E no Rio de Janeiro, nós, por exemplo, jamais fomos a uma assembleia operária. Jamais. Quando convidados, estávamos presentes, mas nunca tentamos falar, enquanto em São Paulo, por exemplo, era comum os estudantes irem e exigir a palavra em assembleias operárias. Em alguns casos, o pessoal do ME conseguia falar e impor a lógica do movimento estudantil à dinâmica do movimento operário.

Portanto, tínhamos uma visão diferente de como devia se comportar o movimento estudantil em relação aos setores sociais. Veja bem, não é que os estudantes se

abstivessem da luta operária. Vou dar um exemplo. Quando houve a greve de Osasco, fizemos quatro ações de vanguarda no Rio, como movimento estudantil organizado, aliás as que mais me deram cadeia; quando eu fui condenado foi muito por isso. Ocupamos o Ministério do Trabalho, ocupamos o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ocupamos a Estação da Leopoldina e houve alguma repressão. Imaginem, ocupar um prédio público era um negócio fora do comum. Fomos lá, ocupamos e demos apoio, fizemos comícios-relâmpago, fomos para a Zona Oeste do Rio. Lembro que fizemos um comício em Bangu, o que para nós era um fenômeno, a Zona Sul era muito mais separada do subúrbio no Rio de Janeiro do que é hoje. Fizemos comício em porta de fábrica. Fomos para a Zona Oeste para quê? Para divulgar a posição de Osasco, pois havia um manifesto dos trabalhadores em greve de Osasco. Nós dizíamos: não estamos aqui inventando nada, queremos que os operários de Osasco falem diretamente para vocês. Aí íamos e distribuíamos o panfleto aos operários e, claro, fazíamos alguns comentários, que ninguém é de ferro. Fazíamos alguma agitação.

Então, isso não implicava pensar que não ligávamos para os outros setores sociais, mas que tínhamos uma visão diferente do nosso papel. Os companheiros da Ação Popular tinham uma visão mais de liderança do movimento estudantil sobre os outros setores sociais. Tentaram em 1966 criar o MCD – Movimento Contra a Ditadura; depois, ao lado dos companheiros da Polop falavam em aliança operário-camponesa-estudantil. No congresso da UNE em Valinhos, em 1967, tivemos a oportunidade de debater mais cara a cara com os companheiros da AP e eles me lembravam os populistas russos, porque nos olhavam no olho e diziam: “Nós precisamos fazer alguma coisa pela classe operária. Nós precisamos levar a verdade ao povo!”. Era exatamente o que os populistas russos fizeram. Os companheiros da AP misturavam o papel deles como intelectuais revolucionários e como integrantes do movimento estudantil. De certa forma, o pessoal da AP traduzia a angústia do sujeito de classe média de achar que possuía a verdade, o socialismo, a salvação da humanidade e que tinha de transmitir isso para o povo. Nós tínhamos uma visão mais limitada do movimento estudantil.

Em segundo lugar, quanto aos objetivos do movimento estudantil, havia uma diferença sobre como se conduzir essa luta política, cristalizada no final de 1967 e 1968 pela discussão no conselho da União Nacional dos Estudantes de qual era o centro tático. A posição dos companheiros da AP era de que o centro tático deveria ser a luta contra a ditadura. A nossa posição, nós que éramos a ala moderada no movimento estudantil, era de que o centro tático era a luta contra a política educacional do governo. Isso mostra uma diferença de tom bastante importante. E essa diferença se traduzia também na insistência maior da AP no sentido de fazer lutas de rua, enquanto insistíamos que era preciso também, além da luta de rua, estar presente na luta das escolas. Quer dizer, precisávamos travar a luta nas escolas. E com isso foram se desenvolvendo, não digo duas concepções, mas duas posições distintas de movimento estudantil.

No Rio, enfrentamos essa questão, fizemos autocrítica dos erros passados e avançamos na direção de construir uma entidade de massa, representativa, de tipo sindical. E fomos a única entidade de massa, sindical, no Brasil, em que a direita participava. A direita só participava de movimento estudantil no Rio Grande do Sul, onde ela era maioria e fez o DEE (Diretório Estadual dos Estudantes) legal, que a ditadura tentava impor. E participava no Rio, onde havia uma direita liberal que lutava conosco por mais verbas, mas havia também uma direita policial, que além de nos dedar comparecia e votava normalmente as resoluções políticas do movimento. Mas, como eram representantes de diretório, nós aceitávamos e eles iam nos nossos encontros clandestinos.

O fato é que conseguimos em 1968 ter uma entidade que era dos estudantes, e isso se traduziu do ponto de vista da nossa posição num verdadeiro massacre nas eleições de agosto de 1968. Nós, praticamente sozinhos, ganhamos contra todas as forças políticas a União Metropolitana dos Estudantes, fizemos o Diretório Central e garantimos a ampla maioria em quase todos os centros acadêmicos do Rio de Janeiro. Tínhamos uma força realmente enorme. Fruto de quê? De um trabalho persistente, de um trabalho amplo, de um trabalho de compreensão de que aquela entidade era uma entidade dos estudantes.

Então, conseguimos que a nossa UEE não fosse vista só como uma turma de agitadores, subversivos. Claro que sempre éramos vistos dessa forma pela ditadura e por alguns, mas conseguimos na categoria estudantil ter uma entidade que era de base, de massa, e isso a meu ver é o grande retrato de onde conseguimos chegar do ponto de vista da maturidade de nossa luta.

Em terceiro lugar: como era a questão do enfrentamento? Nós aprendemos também, no dia-a-dia, dessa luta que vinha de 1964, a tratar a questão do enfrentamento como uma questão política. Compreendíamos que estávamos numa etapa defensiva, e aqui é importante esclarecer que mesmo na defensiva também se ataca. A defesa é uma necessidade colocada pela correlação de forças. Mas defesa não é capitulação. Você estar numa fase defensiva significa que o seu oponente está com mais força naquele momento.

Aprendemos, no movimento estudantil, a recuar e a ter a compreensão daquele momento, que o importante para nós naquela circunstância era ganhar o apoio da opinião pública. Queríamos ganhar a batalha da universidade, impor uma reforma universitária diferente, democrática, e já sacávamos, em 1966, que a ditadura queria reformar a universidade, que ela não queria manter aquele modelo de universidade. Havia dois tipos de reforma: a reforma deles, ligada ao acordo MEC-USAID, ligada à privatização do ensino, com o objetivo de tornar a universidade mais operacional, cortar a universidade como centro de formação cultural e tecnológica, científica; e a nossa, que queria tornar a universidade ligada à população, servindo aos interesses populares, criticando a sociedade e criando uma cultura e uma tecnologia nacionais.

Eram duas visões, e travamos uma batalha de opinião pública em torno dessa questão. Travamos essa batalha e por isso os enfrentamentos com a polícia não eram

Pois bem, aí a imprensa, em particular *O Globo*, começou a publicar críticas às passeatas. Nesse momento, o que estava acontecendo? Fazíamos umas passeatas no Rio, eram queimados uns quatro ou cinco carros de polícia, depois passávamos por um longo trecho do Centro e aí dissolvíamos a manifestação. Isso estava ficando monótono. Depois, não tinha sentido de pressão. A opinião pública já nos apoiava, quando vinha uma passeata era mais um aborrecimento. Então, *O Globo* fez um editorial dizendo que só queríamos baderna, subversão – e é claro que a vanguarda bem que queria uma subversãozinha. Mas nosso objetivo ali não era exclusivamente este, inclusive como subversão estava uma mixaria. *O Globo* dizia que se os estudantes quisessem dialogar deviam negociar com o ministro. Íamos lá para o MEC, entrávamos no MEC e a polícia cercava tudo. Não podíamos entrar, aí fazíamos uma passeata. Então, *O Globo* dizia: “Só querem subverter... agentes do comunismo internacional” etc.

Afinal, um dia decidimos que, para mostrar que queríamos dialogar, íamos ocupar o Ministério da Educação. Aí fizemos uns *molotovezinhos*, pegamos pedras, paus, nos armamos para o diálogo e tentamos ocupar o Ministério. Não deu para ocupar, mesmo porque não entendíamos muito dessa parte militar, mas entramos, brigamos, foi uma *porradaria* geral. Saímos do Ministério e montamos uma barricada em frente, na avenida Rio Branco. E dessa vez, quando a polícia chegou, não estava preparada, porque em geral nós não a enfrentávamos. Pois a polícia chegou perto e achou que íamos correr. Quando estava a cem metros, avançamos em cima dela, e aí batemos na polícia, o que para muitos foi uma catarse mas, enfim, era uma necessidade política, nós fomos para o confronto, batemos na polícia, foi o que chamaram depois a Quarta-Feira Sangrenta, e saímos por ali, a polícia correndo dos estudantes. Os cavalos dos policiais caíram, e os secundaristas pegaram e andaram a cavalo, tiraram capacete de soldado e andaram de capacete. Foi o triunfo do movimento estudantil contra a polícia. E o negócio foi até o ponto em que queimaram um caminhão do Exército. Aí, a correlação de forças se inverteu, chegou a Polícia do Exército e começamos a nos retirar porque a maré não estava para peixe.

Este foi o primeiro ato. O conflito era uma decorrência do enfrentamento político e não o conflito em si. Nesse sentido, quero dizer que não tínhamos um culto à violência. Tínhamos a violência como uma coisa que eventualmente é necessária e que você tem de utilizar num processo de luta social, mas não tínhamos nenhum culto especial à violência. Tanto é que, depois, como decorrência desse processo, fomos parar na Passeata dos Cem Mil, que foi uma manifestação legal, permitida, pacífica, aglutinando uma série de setores sociais, e na qual não fizemos nenhum ato mais radical.

Foi como resultado da Passeata dos Cem Mil que a ditadura afinal aceitou receber uma comissão de estudantes, e nós tiramos uma comissão popular, composta por pessoas importantes, professores, intelectuais como Hélio Pellegrino, representantes das mães, com a presença de dona Irene Papp, e fomos recebidos pela ditadura, no Palácio do Planalto. Havia naquela comissão dois colegas nossos, o Franklin Martins e o Marcos Medeiros.

Tudo isso desembocou num diálogo. Não deu certo porque o Costa e Silva era meio bruto e nós também éramos um pouco combativos, então não chegou a haver acordo. Mas chegamos a ter esse diálogo e a manter uma porta aberta para resolver questões do movimento estudantil.

Quero ressaltar esse sentido das manifestações e o papel que teve a violência. Faltou falar também que entre a Quarta e a Sexta-Feira Sangrenta, houve uma Quinta-Feira de Luta, quando ocupamos a Reitoria da universidade, na Praia Vermelha. Havia uma reunião do Conselho Universitário e nós decidimos, não sem uma certa coação, que os professores deveriam ir lá dialogar conosco em assembléia geral. Os professores resistiram, nós arrebentamos a porta da congregação do Conselho Universitário a pontapés, fizemos um corredor polonês, descemos o professorado lá para a assembléia e o professorado foi obrigado a discutir conosco a questão da universidade e a votar resoluções, a favor ou contra.

Esse foi um acontecimento muito importante porque, para o estudante universitário daquela época, era mais fácil ir para o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), preso, brigar com a polícia do que perder o ano escolar. O enfrentamento dentro da universidade, às vezes, era muito mais pesado de conseqüências para ele do que o enfrentamento com a polícia, quando ele achava que a chance de se dar mal era muito pequena.

Esse questionamento do autoritarismo dos professores, dos velhos métodos de ensino e a luta pela democratização da universidade exigiram também uma certa dose de coação e de violência. Ali quebrou-se um laço e abriu-se uma porta para que os estudantes passassem a influenciar na universidade também. Nesse momento usamos violência. Durante anos, nunca sequer fizemos concentração na porta do Conselho Universitário, mas nesse dia nós fomos e os professores foram obrigados a descer de seus pedestais para discutir com a massa estudantil. Isso mostra o tipo de manifestação que fazíamos.

Finalmente, eu queria apresentar o quadro de influências dessa época, algo que é sempre mencionado. Já se viu que 1968 não começou em 1968. Da mesma forma, é importante dizer que havia dois elementos dominantes realmente e insistir nisso. Um elemento era a Guerra do Vietnã, incisivo naquela época e naquela conjuntura, de brutal influência dos Estados Unidos na nossa sociedade. Os acontecimentos de 1968 traduzem uma influência crescente da luta contra a Guerra no Vietnã. Nós, do movimento estudantil, tínhamos uma outra forma de manifestação pública. Além de passeatas, fazíamos comícios-relâmpago. Eu trabalhava, no segundo semestre de 1967, na *Última Hora*, e de manhã ia cobrir o Daniel [Aarão Reis Filho] fazendo agitação em comício-relâmpago. O "cabra" trepava no poste, chegava lá, fazia uma arenga, três minutos para não dar tempo de a polícia chegar. Eram pequenos grupos de estudantes. Fazíamos um, dois, três comícios-relâmpago e nos retirávamos. Aí eu cobria, saía fotografia do Daniel na primeira página do *Última Hora*, na primeira edição. Na segunda edição era eu que saía no jornal fazendo agitação.

Nós usávamos muito esses comícios-relâmpago como uma forma de ir testando e levando nossas posições políticas para as ruas. Fazíamos também atos desse estilo, de surpresa; fizemos muitos em defesa dos vietcongues. Chegávamos numa escola, entrávamos na marra, às vezes, e fazíamos comício em sala de aula defendendo os vietcongues contra o imperialismo norte-americano. E os atos de solidariedade começaram. Fizemos todo um tipo de ação também de vanguarda, que era de *agitprop* como se dizia antigamente no Partido Comunista, e fazíamos então todo esse tipo de comício-relâmpago, nos quais aprendemos também a falar sinteticamente.

Dessa forma, nós também mudamos a linguagem. Os antigos líderes do pré-64 tinham um estilo muito tradicional. O sujeito ia e fazia uma aventura literária, começava em Camões até acabar em Vinicius de Moraes, era uma desgraça. Fomos vendo que era preciso mudar a linguagem. Eles usavam um linguajar empolado e nós começamos a modernizar a linguagem, falar como se falava no botequim e isso implicava falar simples, falar pouco mas traduzir uma nova forma de comportamento. Foi toda uma forma de comportamento que os estudantes foram renovando, inclusive nessa questão de como falar, como se vestir, se comunicar, que foi algo extremamente importante e diferente no que diz respeito ao ME.

E, finalmente, quero dizer, discordando da análise de outros companheiros, que uma das coisas que me surpreende na geração de 1968 é que haja tanta gente que permanece no campo progressista, porque até 1968 o comunista era uma figura esdrúxula na sociedade. Quando éramos garotões, a partir de um pouco antes de 1964, ser de esquerda passou a ser um negócio mais ou menos normal. A própria UNE fez um grande trabalho com o CPC (Centro Popular de Cultura), os Cadernos de Cultura, difundiu um pensamento de esquerda, mas um comunista era uma figura exótica, e comunista era quem estava no Partido Comunista. Quem saía do Partido Comunista era da CIA e traidor. Então, era uma percepção monolítica.

Pois bem, meu pai, que era um político reacionário, também havia sido de esquerda, socialista. E um dia nossas discussões acabaram em uma briga familiar, em que ele dizia para mim e para meu irmão: "Vocês não podem se meter nisso...". Pegamos um velho livro lá de Alagoas, a *Brigada de Choque do Partido Socialista alagoano*, e a primeira assinatura era a dele; olhamos para o "coroa" e dissemos: "Sai dessa". E nunca mais ele tentou impedir nossa atividade. Meu irmão mais velho, que também é um político, digamos, moderadamente de direita do PFL (Partido da Frente Liberal), tinha como padrinho o André Papini, que era um comunista, desses profissionais, que fazia política por todo o Brasil. Era advogado, ia defender presos etc. Mas era padrinho do menino e então, quando ele chegava lá em casa, às vezes minha mãe nos preparava dizendo: "Cuidado, é um comunista...". Olhávamos abismados para o André Papini. Comunista era uma figura extraordinária, se você passasse na rua e fosse um comunista, todo mundo via.

Então, o normal era que ocorresse o que se diz naquela frase que o Gilberto Amado repetia, que todo jovem que não é revolucionário aos 18 anos é um imbecil, e todo velho de 60 anos que não é conservador é um babaca. Mais ou menos assim, é

a versão não-literal do Gilberto Amado. Quer dizer, o jovem é revolucionário, o velho é conservador.

O que me espanta em 1968 não é que muita gente tenha se adaptado, o que me espanta é que a geração de 1968 é uma geração de transição também porque deixou uma geração política na esquerda. Ser de esquerda passou a ser uma coisa social, passou a ser um negócio aceito. Por exemplo, foi a geração de 1968 fez a greve dos professores nos anos 80.

Hoje, ser comunista virou algo fora de moda. Mas ser de esquerda passou a ser um negócio aceito, ser socialista passou a ser uma coisa comum. E nós fizemos uma ruptura de natureza política, que é importante que se compreenda. No Brasil, formalmente, a natureza monolítica do Partido Comunista acaba em 1961, com o cisma entre o PCB e PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Mas na verdade é em 1968 que se cria uma mentalidade diferente, de quebrar a velha idéia do monolitismo político. Nós quebramos aquela sensação de que só havia um partido para fazer política e para defender o socialismo; ou de que ser socialista era defender a União Soviética. Começamos a ter uma visão crítica, ainda que incorreta, mas começamos. Por exemplo, a minha entidade estudantil aprovou um manifesto defendendo os estudantes de Praga – ou seja, contra um aliado da União Soviética. Isso era uma coisa espantosa, se você fizesse isso antes seria um absurdo. Nós criticamos aquela política velha, requentada, da III Internacional, passamos a criticar o próprio bloco socialista, coisa até então vista praticamente como traição. Quem saía do PC criticando a União Soviética certamente ia para outro canto, mas era quase obrigado a virar reacionário porque não podia ficar no campo da esquerda.

Essa ruptura trouxe uma geração de esquerda também menos comprometida com os esquemas velhos, inteiramente ultrapassados, de comportamentos partidários e de defesa de um campo socialista que, a meu ver, de socialista não tinha coisa nenhuma, a não ser a origem da Revolução.

Tudo isso levou a uma geração descompromissada com aquela velha prática e essa geração permaneceu de esquerda por diversos caminhos. E isso tem um lado positivo, não permaneceu num caminho só, quer dizer, quebrou o monolitismo da esquerda, e essa foi uma experiência diferente.

Os acontecimentos de 1968 nos deixaram um caminho livre para exercer a atividade crítica e essa é a questão essencial para nós. Em 1968 não queríamos ter um problema de geração; nós da dissidência insistimos que a questão era de classe, mas sabemos que há um problema geracional. A manutenção desse pessoal de 1968, mais "coroa", mais envelhecido, mais "gasto", com mais responsabilidades, com filhos, com interesses inclusive de natureza material, numa perspectiva de esquerda, mostra que o impacto de 1968 sobre a questão da pessoa crítica, de uma esquerda crítica, de uma pessoa que continua criticando a sociedade apesar de tudo o que se joga sobre ela para que vire conservadora, foi uma grande aquisição.

Eu acho que essa verve crítica, esse entusiasmo crítico que ainda marca as posições de esquerda hoje em dia no Brasil é que nos dá esperança de que isso se propa-

## OS VALORES DE 1968

gue. Se 1968 tem uma herança, eu acho que é essa: nós quebramos a rigidez e instauramos a formação de uma vontade crítica. Acho que essa contribuição está aqui, fala-se em 1968 também por isso, é por isso que as pessoas querem discutir. Essa é a grande contribuição: se conseguirmos que a veia crítica continue Brasil adentro, sempre teremos uma esperança de que as coisas possam mudar.